

Entrevista com Cássia Rita Louro Palha

Cássia Rita Louro Palha – Professora Associada da Universidade Federal de São João Del-Rei e do Programa de Pós-Graduação em História. Atua nas áreas de história da mídia, telejornalismo e linguagens no ensino de história.

Entrevista concedida via correio eletrônico, em janeiro de 2021, a Carla Drielly dos Santos Teixeira, membra da Comissão Editorial da Revista Temporalidades e doutoranda na linha de pesquisa História e Culturas Políticas do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.

[Revista Temporalidades] - Professora Cássia, agradecemos a sua disponibilidade de nos conceder esta entrevista. Para começar, você poderia mencionar sobre a sua trajetória de pesquisa e quais circunstâncias te levaram a pesquisar sobre televisão?

[Cássia Rita Louro Palha] - Eu que agradeço pelo convite e pela oportunidade de compartilhar com o público da revista um pouco da minha trajetória. Eu costumo brincar com os meus alunos que a minha escolha pela televisão aconteceu de maneira extremamente precoce... Precisamente quando ainda criança eu queimei as duas mãos na válvula acesa de um televisor que estava com a caixa aberta, na bancada de trabalho do meu pai. Eu nasci numa cidade do interior da zona da mata mineira chamada Mar de Espanha - “o mar de Minas” - e cresci sendo a “filha do Zé Palha”, o “consertador” de rádio e de televisão da comunidade. A oficina funcionava no porão da nossa casa e tenho na memória as pessoas chegando ao nosso portão com seus televisores enormes, relatando com detalhes para o meu pai aquilo que não estava funcionando bem em seus aparelhos, como quem explica os sintomas da doença de um filho para o médico. Para além dessa minha relação afetiva com a oficina eletrônica que era a principal fonte de sustento da minha família, sou de uma geração que ao

crescer junto com a popularização da televisão no país, pôde acompanhar seus estreitos vínculos com a cena política nacional, em especial no contexto que inaugurou a redemocratização. A primeira vez em que de maneira mais refletida eu voltei meu olhar para a televisão foi nessa ocasião, ao ingressar efetivamente no mercado de trabalho. Foram as questões enfrentadas na minha vida profissional em sua dimensão “prática e cotidiana” - como diria Rüsen - que me impulsionaram. Fiz meu curso de história na UFJF no período noturno, entre os anos de 1990/96, enquanto trabalhava como bancária em um já extinto banco privado, localizado no famoso “calçadão”, o coração da cidade de Juiz de Fora. Trabalhava na linha de frente do setor das cadernetas de poupança quando o governo Collor confiscou as contas bancárias dos brasileiros. Aquela experiência me marcou profundamente e me fez vivenciar de maneira única a importância da mediação televisiva na vida das pessoas. O tumulto na frente da agência no dia seguinte ao anúncio do Plano Collor foi enorme e enquanto tentávamos inocentemente acalmar os poupadores - em sua maioria pessoas idosas, que viram suas economias de uma vida sendo retidas - as perguntas se multiplicavam. Mas não só as perguntas. As respostas àquela tormenta econômica também eram disparadas pelos próprios clientes em tom de desespero (é essa a palavra que cabe) e elas vinham invariavelmente da narrativa televisiva. Vinham do âncora do telejornal da noite, que didaticamente apresentava a versão oficial do governo, por mais absurda que esta lhes parecesse naquele instante. Os desdobramentos desse período político em meio à mídia corporativa e o meu ingresso anos depois como professora de história na educação pública foram burilando ainda mais o meu interesse pelas telas e por sua relação com o grande público. Parte significativa daquilo que meus alunos traziam para a escola como conhecimento de mundo, como percepção de nosso passado recente e como desejos de ser/ter passavam pelos programas de entretenimento e de informação que eles consumiam pela televisão. Foi quando eu me interroguei sobre a necessidade de entender e de questionar esses produtos como fontes históricas, ingressando então na pós-graduação com uma proposta mais voltada para a perspectiva pedagógica da televisão, o que depois acabou se desdobrando num diálogo mais direto com a história política. Na historiografia brasileira, contudo, apesar dos campos da imprensa e do cinema já ocuparem espaços significativos, ainda eram pouquíssimos os trabalhos sobre televisão. Além disso, pesquisar televisão a partir de um recorte do tempo presente ainda soava como algo fora do nosso *métier*, um objeto mais afeito a cientistas políticos ou a pesquisadores da comunicação

social. Outra batalha em particular foi travada: o acesso às fontes. Em princípio, meu desejo era o de trabalhar com as veiculações do Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão no contexto da abertura política nacional. A total inacessibilidade ao acervo da emissora no CEDOC do Rio de Janeiro fez com que eu procurasse caminhos alternativos e em uma das muitas visitas que fiz à afiliada da emissora, em Juiz de Fora, cheguei ao catálogo de programas do Globo Repórter. Esses programas estavam disponíveis (a partir de pedidos pontuais de empréstimo de fitas em VHS) para a comunidade escolar e pelo meu vínculo com a rede pública de educação pude viabilizar as minhas pesquisas. A riqueza desse material me permitiu mapear entre a década de 1970 até meados de 1990 a linha editorial do GR. Por meio da história oral e de obras/bancos de memórias me aproximei da trajetória de seus integrantes, conhecendo um pouco das permanências e mudanças na constituição interna do programa, além de suas relações/tensões com a central de jornalismo da empresa. Muito embora meu foco fosse a análise do texto televisivo, fontes de recepção também foram integradas ao trabalho, com o acompanhamento da imprensa especializada e de registros de audiência do IBOPE, estes últimos, através do arquivo Edgar Leuenroth da UNICAMP. Nessa experiência, tão importante quanto a análise pontual das veiculações em torno dos candidatos/presidentes eleitos no período em questão foi a possibilidade de identificar na linha editorial do GR, uma base de sustentação ao projeto político neoliberal em curso no país. A orientação e o contato não só com historiadores, mas com generosos interlocutores também das áreas da comunicação social, da educação e da sociologia foram fundamentais nesse processo para a minha formação. Já a partir de 2004, quando ingressei no curso de história da UFSJ como professora, minhas pesquisas estiveram mais atreladas à formação de professores, em que não faltou uma atenção especial sobre o papel do universo midiático na aprendizagem histórica. Meus alunos e orientandos foram cruciais para a discussão sobre as novas pautas colocadas pelo avanço das tecnologias, possibilitando o uso de variadas fontes e linguagens midiáticas na sala de aula, o que se somou à parceria com pesquisadores/professores da educação pública através dos estágios docentes e junto ao PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/CAPES). Mais recentemente, integrando ao lado de colegas do campo da história e da sociologia o Laboratório de Imagem e Som (LIS/DECIS), temos investido num espaço de compartilhamento mais amplo com as nossas comunidades através de projetos de pesquisa em sintonia fina com o campo da extensão

universitária. Parte desses trabalhos tem originado a produção de documentários em que o desafio da “operação historiográfica” pelo audiovisual tem aberto novas possibilidades de aprendizado para nossa equipe. Neste momento estou envolvida numa produção documentária que tem por objetivo o registro de uma pesquisa voltada para as memórias televisivas. Mais precisamente através do olhar da trajetória de audiência e dos saberes de um grupo de professores de história. Depois de anos privilegiando a análise dos produtos televisivos, trabalhar com o universo da recepção tem sido um exercício extremamente instigante e enriquecedor.

[R. T.] - É notável a importância da televisão no Brasil enquanto vetor de disseminação de culturas políticas que atua significativamente nas definições dos comportamentos e ações de seus espectadores. Na sua opinião, qual o papel desempenhado pela televisão na construção de uma sociedade republicana e democrática, sobretudo após a redemocratização?

[C. R. L. P.] - Ao longo do período ditatorial os monopólios privados na área das comunicações e da televisão em particular tomaram forma e no contexto da redemocratização essa questão passou a balizar aspectos e relações políticas mais complexas, intimamente ligadas aos caminhos da consolidação democrática. Deixamos de ser uma audiência consumidora para sermos também uma audiência eleitora dos quadros políticos do país, e da cobertura dada à campanha das “Diretas já” ao golpe de 2016 tivemos muitos episódios políticos em que o peso das telas eletrônicas figurou com destaque. Ainda no início da redemocratização, o número expressivo das concessões de rádio e de televisão distribuídas a parlamentares durante o governo Sarney nos deu o tom da renovação clientelista dentro do setor a partir dos parâmetros ditos democráticos da chamada “Nova República”. Os interesses eleitorais dos políticos que receberam as concessões no balcão que foi instalado nesta ocasião alavancaram uma projeção capilar única, com a gerência das retransmissões televisivas em níveis locais e regionais - o que foi reforçado pela Constituição de 1988 - fortalecendo o papel da indústria eletrônica na mediação do cenário político brasileiro. Porém, sabemos que não há uma relação diretiva entre o discurso midiático/televisivo e o voto, especialmente em seus

vínculos puramente partidários. O universo em que as preferências políticas são construídas é altamente complexo, multifacetado e sujeito a hierarquias, pressões e contradições que dizem respeito não só ao campo midiático (que tão pouco é homogêneo) em sua interação com o campo político *stricto sensu*. A esse universo também correspondem uma série de outras instâncias, agentes e movimentos da base social nos quais a disputa pela construção do consenso se processa, sempre calcados em contextos historicamente situados e atingindo, em níveis distintos, públicos diferenciados. A televisão no Brasil da redemocratização tem atuado nessa esfera de forças de maneira expressiva e mesmo que não seja viável se falar em determinação de voto - embora seu peso seja inegável - seu grande potencial reside na veiculação em larga escala de concepções, valores e compreensões do mundo político. No caso dos telejornais, esse tipo de narrativa possui camadas mais densas, sendo construído cotidianamente, organizando a lógica valorativa do próprio noticiário em seu contato com o espectador ao longo do tempo. Um tipo de rotina que reforça junto à recepção vínculos mais fortes e duradouros dessas referências simbólicas. Assim, tão significativo quanto uma edição pontual e altamente tendenciosa como foi a do debate entre Lula X Collor em 1989, realizada pela Rede Globo às vésperas da eleição é, por exemplo, a contínua associação feita nos telejornais da prática política à corrupção, sob um viés quase sempre de tom personalista e moralizante. A espetacularização seletiva em torno das denúncias da Operação Lava Jato é o nosso exemplo mais recente. Sem aqui me enveredar pelo mérito da questão em nível partidário, o que se silencia nesse processo de contato com o grande público é o lado sistêmico da própria corrupção - para nós historiadores, sua longa duração - na mediação entre o campo político e o poder econômico. Aliás, atores e entidades do mundo econômico/financeiro raramente aparecem nos noticiários, apesar de exercerem do alto da pirâmide uma enorme influência junto ao Estado e no jogo político como um todo. Outra ausência também comum é a dos representantes dos movimentos e das identidades sociais, como se as desigualdades gritantes do país não gerassem conflitos políticos. Ou seja, os extremos da balança nem sempre estão à vista no noticiário... Sob a promessa da objetividade e da imparcialidade os telejornais ajudam a constituir em sua rotina de edição um “gerenciamento” dos atores e daquilo que se torna ou não relevante no plano político. Se formos para o outro extremo da programação televisiva - na sua área de ficção - encontramos em diversos autores/pesquisas sobre as telenovelas brasileiras a sua referência como uma espécie de

“*agenda setting*”, capaz de mobilizar diferentes grupos do tecido social em torno de determinados temas/debates. Uma tendência que se consolidou na Rede Globo a partir dos anos noventa, com as chamadas “novelas de intervenção”. Novelas que se pautam pelo o que alguns colegas entendem como um “*merchandising social*”, com os enredos assumindo um espaço de debates mais pontual na esfera pública - a função social da TV- abarcando temas sobre racismo, homossexualidade, imigração, o papel feminino... Com viés nitidamente mais progressista em seus valores, esse tipo de produção tem provocado polêmicas junto a bancada evangélica e a grupos religiosos e de direita nos últimos anos. Novelas que atacariam a honra e os valores da “família de bem”, uma “Rede Globo comunista”... Por outro lado, as pesquisas apontam que esse mesmo gênero ao longo das décadas seguiu um tipo de enquadramento focado na representação das classes altas e médias e em seu padrão de consumo, no mito da ascensão social e na crença incontestável do mérito em nossa sociedade capitalista. O que nos leva para seus vínculos mais estreitos com a pauta econômica liberal. É em meio a esse jogo que não pode ser reduzido a simplificações maniqueístas que a televisão e seus produtos - ainda que aqui eu esteja partindo de um exemplo da emissora hegemônica do país - se inserem numa luta simbólica mais complexa, com interesses e relações multifacetadas em nossa sociedade. Uma luta em que não existem posições permanentes e que tem como mira um público entendido pelo o que o antropólogo Néstor Canclini chamou de “cidadão-consumidor”. Diante do oligopólio do setor em seus simulacros de pluralidade, temos por certo um desafio para a nossa democracia. Ao menos, para a democracia que queremos...

[R. T.] - Atualmente há uma noção de que a televisão está perdendo espaço para outras mídias, fazendo com que as empresas que antes atuavam com programação aberta, por exemplo, tenham de se reinventar. Essa situação nos leva a refletir sobre o papel desempenhado pela televisão hoje frente às mídias sociais. Como você vê a articulação e a disputa pela hegemonia entre os diferentes meios de comunicação no presente?

[C. R. L. P.] - Acho que a palavra “reinventar” é precisa. Da era de Gutemberg à digital, não faltaram ao longo da história das mídias anúncios sobre a morte seja da imprensa, do rádio ou da

televisão... E estão todos aí, reinventando-se em estratégias e formatos adequados as condições de consumo contemporâneas. No que diz respeito à televisão aberta, um primeiro desafio enfrentado pelo setor foram os canais pagos dos anos noventa e hoje as plataformas de *streaming* demarcam mais pontualmente uma condição diferenciada de se “estar diante das telas”. Com um cardápio de produtos numeroso e diversificado (envolvendo produções de vários países) as plataformas digitais, como a famosa Netflix, possibilitam a escolha de horários, um certo controle sobre o ritmo/conteúdo da assistência (é possível assistir apenas determinados episódios, voltar em uma cena, ou “maratonar” toda a série/produto de uma só vez...) e a interação com grupos de recepção/avaliação daquilo que é disponibilizado. Além disso, a internet e as novas plataformas tem gerado a oportunidade de variados segmentos políticos e sociais construir suas redes de conteúdo e de compartilhamento próprios, algo de extrema importância na produção alternativa de sentidos do mundo social. O ativismo político daí resultante “tanto para o bem, quanto para o mal”- haja visto a massificação das fake news e a “cultura do ódio” disseminadas pelo Whatsapp desde as últimas eleições presidenciais - marca com certeza uma fase diferenciada dos embates políticos em nossa democracia. Contudo, junto com a ampliação desses espaços de expressão política proporcionados pela internet não se pode perder de vista “os donos dos feudos”, representados por grupos como o Google, o Facebook, Amazon e a Microsoft. Alguns destes estão presentes, inclusive, nas parcerias feitas com instituições de ensino públicas e privadas em variados níveis no país, nesse momento pandêmico em que realizamos o “ensino remoto emergencial”. Esses grandes grupos fazem hoje uma gestão privilegiada - compra de direitos autorais, controle digital de edição e transmissão - de uma enorme parte das informações e registros de tudo o que já produzimos na nossa experiência como humanidade. Algo que terá implicações diretas na forma como vamos lidar com as nossas experiências, com a construção de nossas memórias individuais e coletivas. Os grandes grupos empresariais do setor da radiodifusão atentos a essa rede mais ampla e ao mercado aberto tanto pelas plataformas de *streaming* quanto pela rede móvel 5G já se encontram em franca articulação para a atualização de seus interesses junto ao espectro da digitalização dos sinais. Mas geralmente ao falarmos sobre essas mudanças e sobre o seu impacto no grande público consumidor temos como referência as nossas próprias bolhas. Desconsideramos por vezes o peso e a desigualdade de acesso aos recursos digitais de grande parte da população brasileira. No grande campo midiático nacional a

televisão aberta ainda é uma potência. A cobertura televisiva dos acontecimentos do país entre os anos 2013 e 2016 provam o quanto as telas eletrônicas continuam “ativas e operantes” na batalha simbólica pelo campo político.

[R. T.] - O acesso ao conteúdo audiovisual transmitido pela Televisão e pelo Rádio nem sempre estão disponíveis ao pesquisador, dificuldade que justifica a lentidão com que os historiadores integram as mídias aos seus objetos de pesquisa. Como é possível superar esse problema?

[C. R. L. P.] - Esse é um problema sério que precisa ser enfrentado coletivamente pelos pesquisadores e pelas entidades profissionais. Trata-se da total ausência de uma política pública de preservação do patrimônio da radiodifusão nacional. Nos encontros e congressos de nossa área muito se tem discutido sobre possíveis encaminhamentos, embora o atual contexto nos seja pouco animador. Conteúdos e fontes originários de concessões públicas pressupõem o acesso público e não podem ser gestados como propriedade particular. Somada a essa situação em que nossas empresas de comunicação não prezam por seus arquivos ou simplesmente se recusam a abrir suas portas à pesquisa, têm-se o profundo descaso do governo com os poucos espaços institucionalizados que nós temos, como o drama que hoje vive a Cinemateca Brasileira. Campos alternativos de acesso às fontes nos últimos tempos podem ser encontradas principalmente através da internet (Youtube), que apesar da fragmentação, nos oferece registros variados do material da radiodifusão. Os canais pagos e a adesão às plataformas digitais que algumas emissoras já incorporaram também abriram possibilidades, inclusive com uma maior margem de manipulação das fontes de sua programação. Além disso, muitos produtos em DVD's (séries/programas de entretenimento em geral) começaram a ser lançados pelas empresas, ao mesmo tempo em que o mercado editorial a partir do aniversário de 50 anos da televisão também publicou livros de memórias, almanaques e catálogos, que podem servir de apoio aos pesquisadores. A constituição de acervos midiáticos em laboratórios, centros de pesquisa e instituições universitárias podem ainda nos garantir bancos de registros próprios, mesmo que de uma temporalidade mais recente. Mas a luta pela democratização dos meios e do acesso aos

seus conteúdos é um desafio imprescindível que temos pela frente como pesquisadores e como cidadãos.

[R. T.] - Para finalizar, a partir do seu contato com a pesquisa científica na área da História e da Comunicação, qual a sua opinião a respeito da produção historiográfica brasileira sobre as mídias, em geral, e a televisão, em específico? Quais as perspectivas de pesquisa você pode apontar para jovens historiadores que possuem interesse em se debruçar sobre esses objetos?

[C. R. L. P.] - A consolidação de grupos de pesquisa e de trabalho com obras qualificadas em ambas as áreas sinalizam que a produção historiográfica sobre as mídias no Brasil fortaleceu-se consideravelmente. Hoje ela agrega trabalhos com enfoques variados, dando amplitude para as muitas relações, formas e linguagens através das quais as empresas e os produtos/gêneros midiáticos (envolvendo televisão, rádio, imprensa, plataformas digitais, redes sociais ...) atuam no campo social e na produção/socialização generalizada do sentido histórico do nosso e de outros tempos. Como consumidora e também acompanhando de perto a recepção midiática e as propostas de pesquisa de alunos(as) e orientandos(as) nos últimos anos tenho me defrontado com uma riqueza única na variedade dos produtos em circulação. Só a enorme repercussão de algumas séries e documentários veiculados nas plataformas de *streaming*, atingindo públicos dos quatro cantos do planeta, gerando redes de comunidades virtuais e repercutindo em pautas sociais em contextos totalmente diversos, abre perspectivas inumeráveis para a reflexão histórica. Da mesma forma, a intermitente onda de fake news, de revisionismos e negacionismos históricos que estamos vivenciando - especialmente nas redes sociais - nos provoca à abordagem do esgarçamento dos “usos” do nosso passado na luta política pela qual atravessamos. Junto à televisão aberta, os caminhos também são férteis junto a uma produção que afastou-se de vez de sua perspectiva tradicional e mais memorialista de tempos atrás. Da análise de seus variados produtos/gêneros (jornalismo, ficção, programas educativos, de humor, de auditório, esportes...) ao estudo das audiências; das relações dos empresários do setor com o campo político/partidário regional e nacional às muitas perspectivas da história comparada das

empresas e de suas programações; das suas interseções com outras textualidades e nichos midiáticos ao universo de seus agentes e de suas produções, muitas são as possibilidades abertas ao historiador.